

DIREITOS DA PERSONALIDADE

BRUNO TORQUATO DE OLIVEIRA NAVES

Doutor e Mestre em Direito pela PUC Minas

Advogado

Professor do Mestrado em Direito Ambiental e

Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara

Coordenador do Curso de Especialização em

Direito Urbanístico e Ambiental da PUC Minas Virtual

Professor dos Cursos de Graduação em Direito da PUC Minas e da

Escola Superior Dom Helder Câmara

Pesquisador do CEBID - Centro de Estudos em Biodireito (cebid.com.br).

MARIA DE FÁTIMA FREIRE DE SÁ

Doutora em Direito pela UFMG e Mestre em Direito pela PUC Minas

Advogada

Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em

Direito da PUC Minas (Mestrado e Doutorado)

Professora nos Cursos de Especialização da PUC Minas

Pesquisadora do CEBID - Centro de Estudos em Biodireito (cebid.com.br).

DIREITOS DA PERSONALIDADE



Belo Horizonte

2017

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clèmerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luís de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dircêo Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosenvald
Floribal de Souza Del'Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2017.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho
Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva
Imagem de Capa: jarmoluk (Pixabay.com)
Revisão: Responsabilidade do Autor

346.81013 Naves, Bruno Torquato de Oliveira
N323d Direitos da personalidade / Bruno Torquato de Oliveira Naves, Maria
2017 de Fátima Freire de Sá. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.
150 p.

ISBN: 978-85-8238-316-2
E-book: 978-85-8238-317-9

1. Personalidade (Direito) – Brasil. 2. Direitos da personalidade. 3. Direitos humanos.
I. Sá, Maria de Fátima Freire de. II. Título.

CDD(23.ed.)–346.81013
CDDir – 341.272

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

MATRIZ
Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL
Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2017

Aos nossos alunos,
de ontem, de hoje e de amanhã, por nos
permitirem um intercuro especial
com a vida e com o mundo.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	X	
INTRODUÇÃO	1	
CAPÍTULO 1		
SURGIMENTO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE E DIFERENCIAÇÕES.....		3
1. Síntese Histórica dos Direitos Sobre a Pessoa	3	
2. Direitos da Pessoa Considerada em Si Mesma: Direitos da Personalidade, Direitos Fundamentais e Direitos Humanos	9	
2.1. Diferenças entre Direitos da Personalidade, Direitos Fundamentais e Direitos Humanos	11	
2.1.1. Diferença quanto às fontes.....	11	
2.1.2. Diferença quanto ao âmbito	12	
2.1.3. Diferença quanto à legitimação.....	14	
2.2. O que persiste das diferenças históricas.....	16	
CAPÍTULO 2		
DEFINIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE		18
1. Definição	18	
1.1. Personalidade e Pessoalidade.....	19	
2. Direitos da Personalidade e Dignidade Humana.....	20	
3. Natureza Jurídica dos Direitos da Personalidade: Teoria Clássica. Os Direitos da Personalidade como Direitos Subjetivos	23	
4. Proposta: Natureza Jurídica de Situação Subjetiva	29	
5. Direitos da Personalidade como Categoria Histórica de Situações Subjetivas sobre a Própria Pessoa	30	
6. Características dos Direitos da Personalidade	32	
6.1. Absolutos	33	
6.2. Necessários.....	33	
6.3. Vitalícios.....	33	

6.4. Indisponíveis	33
6.5. Extrapatrimoniais.....	34
6.6. Intransmissíveis	34
6.7. Imprescritíveis.....	35
6.8. Impenhoráveis.....	35
7. Teoria Monista e Direito Geral de Personalidade.....	35
8. Teoria Pluralista.....	36
9. Classificação dos Direitos da Personalidade.....	38
CAPÍTULO 3	
DURAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	40
1. Introdução.....	40
2. Início da Duração: Direitos da Personalidade do Nascituro e do Embrião..	41
3. Fim da Duração dos Direitos da Personalidade.....	44
CAPÍTULO 4	
TUTELA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	47
1. Da Tutela dos Direitos da Personalidade	47
1.1. Tutela Inibitória	47
1.2. Tutela Indenizatória.....	19
2. Categorização dos Danos	50
2.1. Dano Material ou Patrimonial.....	50
2.2. Dano Moral.....	50
2.2.1. Dano Moral à Honra	52
2.2.2. Dano Moral à Imagem.....	52
2.3. Dano Estético.....	53
3. Legitimidade.....	53
3.1. Legitimidade Ativa na Promoção da Tutela de “Direitos da Personalidade do Morto”	54
CAPÍTULO 5	
DIREITOS DA PERSONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA	58
1. Introdução.....	58
2. Corrente Negativista.....	58
3. Corrente Afirmativista	59
4. A Opção do Código Civil brasileiro.....	61
5. Da Proteção dos Aspectos da Pessoa Jurídica que se Assemelham aos Direitos da Personalidade	62
5.1. Direito à Honra.....	63
5.2. Nome Empresarial	63
CAPÍTULO 6	
DIREITO AO CORPO E À INTEGRIDADE FÍSICA	65

1. Síntese Histórica.....	65
2. Do Direito ao Corpo e à Integridade Física	68
3. Indisponibilidade do Corpo?.....	69
3.1. Disposição do Corpo em Vida	70
3.2. Disposição do Corpo para Após a Morte	72
4. Disponibilidade de Partes do Corpo: Doação de Órgãos	73
5. Transexualidade.....	76
6. Eutanásia e Suicídio Assistido	79

CAPÍTULO 7

DO NOME DA PESSOA NATURAL.....	81
1. Identidade e Nome	81
2. Composição do Nome da Pessoa Natural.....	82
3. Proteção ao Pseudônimo	83
4. (I)mutabilidade do Nome: Causas de Modificação.....	84
4.1. Direito potestativo à mudança do prenome (art. 56 da LRP).....	84
4.2. Exposição da pessoa ao ridículo (parágrafo único do art. 55 da LRP)	85
4.3. Adoção (art. 47, §5º do ECA).....	85
4.4. Proteção à pessoa que vai depor ou testemunhar em investigação civil ou penal (parágrafo único do art. 58 da LRP e art. 9º da Lei n. 9.807/1999).....	85
4.5. Casamento (art. 1.565, §1º do CC).....	85
4.6. União estável ou união homoafetiva.....	86
4.7. Divórcio (arts. 1.571, §2º e 1.578 do CC) e ruptura de união estável ou união homoafetiva.....	86
4.8. Anulação de casamento.....	86
4.9. Homônimos.....	87
4.10. Retificação de nome, em caso de erro gráfico	87
4.11. Inclusão de apelidos públicos notórios (art. 58 da LRP).....	87
4.12. Uso prolongado e constante de nome diverso	87
4.13. Tradução do nome grafado em língua estrangeira (art. 43 da Lei n. 6.815/1980)	87
4.14. Inclusão de sobrenome de ascendente	88
4.15. Inclusão do sobrenome de padrasto ou madrasta (art. 57, §8º da LRP)	89
4.16. Inclusão dos sobrenomes em razão do reconhecimento de filiação.	89
4.17. Exclusão de sobrenome em casos abandono material e psicológico do ascendente.....	90
4.18. Transexualidade.....	90

CAPÍTULO 8

DIREITO À INTIMIDADE E À PRIVACIDADE.....	92
1. Transformação do Espaço Privado e da Individualidade.....	92
2. Vida Privada: Privacidade e Intimidade.....	95

3. Intimidade Genética	97
4. Biografias Não Autorizadas e Vida Privada: ADI 4815	98

CAPÍTULO 9

MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E PROPRIEDADE INTELECTUAL	100
1. Liberdade de Manifestação de Pensamento e Propriedade Intelectual	100
2. Direito Autoral	101
2.1. Evolução Histórica.....	101
2.2. Direito Autoral como Direito da Personalidade.....	106
3. Outras Manifestações da Propriedade Intelectual.....	107

CAPÍTULO 10

DIREITO AO ESQUECIMENTO	108
1. O Esquecimento que Queremos	108
2. Julgados do Superior Tribunal de Justiça.....	109
2.1. A Chacina da Candelária e o Caso Aída Curi.....	109
2.2. Nissim Ourfali.....	110
2.3. Caso Xuxa	112
3. O Passado que Não Passa e a Privacidade	113
4. A Concorrência de Direitos	114

CAPÍTULO 11

RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE E DADOS DO PACIENTE.....	117
1. A Relação Médico-Paciente e a Tomada de Decisões.....	117
2. Consentimento Informado	119
3. Competência	121
4. Recusa de Tratamento Médico	125
5. Dados do Paciente e Prontuário.....	128
6. Testamento Vital e Diretivas Antecipadas de Vontade	129

REFERÊNCIAS	133
-------------------	-----

PREFÁCIO

As releituras do Direito Civil, a partir da ordem constitucional instaurada em 1988, propiciaram relevantes e significativos estudos centrados nos sujeitos jurídicos, enfatizando suas vivências. No lugar dos papéis delineados na norma positivada (pai, marido, proprietário, contratante), centra-se agora na pessoa concreta. O intuito de proteger o indivíduo, reprimindo a intromissão do outro na esfera privada, revela-se insuficiente. A proatividade é a palavra que melhor representa as aspirações do ser humano em face do Direito, de ampliação das possibilidades de ser (novos sujeitos) e de atuar (novas situações jurídicas).

Neste contexto, o tema Direitos da Personalidade tem suscitado profundas controvérsias e instigado as mentes mais brilhantes. E duas delas, Maria de Fátima Freire de Sá e Bruno Torquato de Oliveira Naves, ora apresentam uma visão atualizada e multifacetada sobre o tema, ultrapassando os limites do Direito Civil, para alcançar o Direito Internacional, o Direito Constitucional, o Biodireito e os Microssistemas do Direito Privado.

De início, os autores discorrem sobre o surgimento dos direitos da personalidade e procedem a necessária distinção entre os direitos da pessoa considerada em si mesma.

No capítulo seguinte, voltam-se à investigação sobre a natureza, características e classificações, destacando as principais teorizações (Teoria Monista e Teoria Pluralista) tendentes a explicar e definir essa categoria de situações jurídicas subjetivas.

O terceiro segmento é centrado na questão, complexa e delicada, da sua duração, em profunda análise da disciplina jurídica dos seres humanos que ainda não nasceram, assim como daqueles que já faleceram, unindo os dois extremos da vida.

A efetividade dos direitos da personalidade é dissecada, logo em seguida, em duas vertentes: a reparação civil, com ênfase na teoria do dano, e as medidas processuais cabíveis em caso ameaça ou de violação de direito.

A temática se completa com o enfrentamento da titularidade (ou não) de direitos da personalidade por pessoas jurídicas.

Os seis últimos capítulos convergem para a pessoa humana nas suas vicissitudes. Neles, os autores descortinam os dramas que se desenrolam no viver: da mudança de prenome que expõe a pessoa a situações de vexame à mudança de gênero; da intimidade genética à liberdade manifestação de pensamento; do desejo de ser esquecido à recusa de tratamento médico; das biografias não autorizadas ao testamento vital.

Uma leitura essencial para estudantes e profissionais do Direito.

TAISA MARIA MACENA DE LIMA

Doutora e Mestre em Direito Civil pela UFMG. Professora no Curso de Graduação em Direito e no Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Direito na PUC Minas. Desembargadora do Trabalho. Ex-bolsista do DAAD – Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico.

